



Projeto Livro Livre

Iba Mendes

"O livro é um mudo que fala, um surdo que responde, um cego que guia, um morto que vive."

Padre Antônio Vieira

Literatura



Antero de Quental
Camilo Castelo Branco
Joaquim de Araújo

Sá de Miranda



Iba Mendes Editor Digital
www.poeteiro.com

Sá de Miranda (Ensaaios)



Adaptação ortográfica e projeto gráfico
Iba Mendes

Publicado originalmente em 1894.

Livro Digital nº 1088 (Gratuito) - 1ª Edição - São Paulo, 2020.

Ensaio/História - Literatura Portuguesa.

Antero Tarquínio de Quental
(1842-1891)
Camilo Ferreira Botelho Castelo Branco
(1825-1890)
Joaquim de Araújo
(1858-1917)



Iba Mendes Editor Digital
www.poeteiro.com

PROJETO LIVRO LIVRE



*Oh! Bendito o que semeia
Livros... livros à mão cheia...
E manda o povo pensar!
O livro caindo n'alma
É germe — que faz a palma,
É chuva — que faz o mar.*

Castro Alves

O **Projeto Livro Livre** é uma iniciativa que propõe o compartilhamento, livre e gratuito, de obras literárias já em Domínio Público ou que tenham a sua divulgação devidamente autorizada, especialmente o livro em seu formato Digital. Sendo assim, não objetivamos fins comerciais ou promoção política. Tal qual o saudoso Nelson Jahr Garcia, pioneiro na divulgação do Livro Digital no idioma português, sempre estudei por conta do Estado, ou melhor, da Sociedade que paga impostos. Por isso, sinto-me também na obrigação de "*retribuir ao menos uma gota do que ela me proporcionou*". Daí o nosso esforço que se resume na simplicidade e na solidariedade.

Segundo normas e recomendações internacionais estabelecidas pela maioria dos países, incluindo Brasil e Portugal, uma obra literária entra em Domínio Público 70 anos após a morte do seu criador intelectual.

O nosso Projeto, que tem por objetivo colaborar na divulgação da Literatura em Língua Portuguesa, em suas variadas modalidades, busca assim não violar nenhum direito autoral. Todavia, caso seja encontrado algum livro que, por imprecisa razão, esteja ferindo os direitos do autor, pedimos a gentileza de nos informar no e-mail: iba@ibamendes.com, a fim de que seja imediatamente suprimido de nosso acervo.

Esperamos um dia, quem sabe, que as leis que regem os direitos do autor sejam repensadas e reformuladas, tornando a proteção da propriedade intelectual uma ferramenta para promover o conhecimento, em vez de um temível inibidor ao livre acesso dos bens culturais. Assim esperamos!

O Livro Digital é – certamente – uma das maiores revoluções no âmbito editorial em todos os tempos. Hoje qualquer pessoa pode editar sua própria obra e disponibilizá-la livremente na Internet, sem aquela imperiosa necessidade das editoras comerciais. Graças às novas tecnologias, o livro impresso em papel pode ser digitalizado e compartilhado nos mais variados formatos digitais, tais como: PDF, MOBI, EPUB, entre muitos outros. Contudo, trata-se de um processo lento e exaustivo, principalmente na esfera da realização pessoal, implicando ainda em falhas decorrentes da própria atividade de digitalização. Por exemplo, erros e distorções na parte ortográfica da obra, o que pode tornar ininteligíveis palavras e até frases inteiras. Embora todos os livros do **Projeto Livro Livre** sejam criteriosamente revisados, ainda assim é possível que algumas dessas falhas passem despercebidas. Desta forma, se o distinto leitor puder contribuir para o esclarecimento de eventuais incorreções, pedimos gentilmente que entre em contato conosco, a fim de efetuarmos as devidas correções.

Ressaltamos, por fim, que o **Projeto Livro Livre** não se limita a simples publicação de textos já disponíveis na Internet, sem qualquer critério. Em vez disso, pautamos nosso trabalho no esmero gráfico e ortográfico, na digitalização e atualização de novas obras, na publicação de autores do nosso tempo, na conversão de livros em áudio etc. Buscamos assim popularizar o Livro Digital, tornando-o acessível a qualquer pessoa e sem nenhum custo.

É isso!

Iba Mendes

SÁ DE MIRANDA



COM UMA CARTA ACERCA DA "BIBLIOGRAFIA CAMILIANA"
DE HENRIQUE MARQUES



POESIAS DE SÁ DE MIRANDA POR: ANTERO DE QUENTAL (1886)

Edição feita sobre cinco manuscritos inéditos e todas as edições impressas, acompanhada de um estudo sobre o Poeta, variantes, notas, glossário, e um retrato, por Carolina Michaelis de Vasconcelos; Halle, Max Niemeyer, 1885.

É esta a primeira edição crítica das Poesias de Francisco de Sá Miranda, o Horácio e o Sêneca português, como lhe chamaram os contemporâneos, o reformador do Parnaso português no século XVI.

Foi necessário que se passassem mais de 300 anos (Miranda morreu em 1558: a primeira impressão de parte das suas obras tem a data de 1595) para que aparecesse uma edição crítica, indispensável todavia desde o primeiro dia. E ainda assim não a devemos a nenhum dos nossos — como a nenhum dos nossos devemos a admirável edição do Cancioneiro de Garcia de Resende (de Stuttgart), a edição diplomática do Cancioneiro do Vaticano (publicada em Halle pelo italiano Monaci) e tantos outros valiosíssimos trabalhos sobre a nossa língua e literatura, publicados, no decurso dos últimos 50 anos, em Alemanha, Holanda e França. Uma senhora alemã, hoje portuguesa pelo casamento, pessoa tão modesta como inteligente e laboriosa, e a quem a história da língua e literatura portuguesas tinha já a agradecer trabalhos, que, por passarem despercebidos

nesta verdadeira Caverna do Esquecimento, que é o Portugal de hoje, nem por isso deixam de ser de primeira ordem, empreendeu e levou a cabo a restauração do texto do grande poeta moralista do século XVI, que até agora andava, mais do que o de nenhum outro dos seus contemporâneos, incerto, obscuro e deturpado. O trabalho corresponde plenamente ao muito que havia a esperar do saber e penetração da autora daquela notável série de Estudos camonianos, que começaram a lançar alguma luz sobre o estado caótico do texto do nosso grande lírico.

Dez anos de aturado trabalho; estudo comparativo escrupulosíssimo das edições impressas e dos manuscritos inéditos; conhecimento profundo e quase topográfico da época, dos costumes, dos personagens, da língua, das tendências intelectuais, uma extraordinária familiaridade com todas as *fontes* do grande século; um grande e seguro sentimento da realidade histórica; critério penetrante e elevado, ainda no meio das minudencias a que tem de descer — eis o que representa esta edição crítica, que não encarecerei chamando-lhe um modelo.

Não sei se entre os *romanistas* da Alemanha (penso sobretudo no sábio Storck) haverá algum que tivesse podido desempenhar-se do encargo, como se desempenhou a Sra. D. Carolina Michaelis: mas creio que afoitamente se pode afirmar que em Portugal, com exceção desta senhora, ninguém mais o poderia fazer, com igual êxito. Não é este um fato bem singular?

Hoje, são os estrangeiros que estudam e estimam a nossa antiga literatura: nós não. A crescente e hoje quase total desnacionalização do espírito público é o fato mais considerável da nossa psicologia coletiva, nos últimos 50 anos. Os da atual geração, pode dizer-se que, pelo pensar, pelo sentir, deixaram já de ser portugueses. Há por aí muito rapaz inteligente e, a seu modo, instruído, que conhece mais ou menos Molière, Racine, Voltaire e até Rabelais e Ronsard, e que nunca leu um auto de Gil Vicente, uma canção de Camões, uma égloga de Bernardim Ribeiro ou de Bernardes, uma carta de Ferreira ou de Sá de Miranda.

Os que conhecem um pouco intimamente a história das revoluções portuguesas neste século (não falo só das políticas) e têm refletido sobre ela, acharão facilmente a explicação deste fato e, mais do que a explicação, a necessidade dele. Mas nem por isso deixa de ser coisa triste de considerar este abismo de esquecimento, que se abre cada vez mais largo, entre o pálido, anêmico e inexpressivo Portugal de hoje e aquele seu grande ascendente, o heroico, o pitoresco e inspirado século XVI. A falta de sentimento nacional poderia, até certo ponto (no que diz respeito ao estudo da nossa antiga literatura) ser suprimida pelo sentimento histórico, pela curiosidade crítica e *filológica*, como dizem os alemães: mas a decadência dos estudos históricos tem vindo acompanhando *pari passu* a decadência do sentimento nacional sem que um ponto de vista mais largo, puramente científico, viesse, como em França, por exemplo, substituí-lo eficazmente, para compensar aquela falta, pelo menos na esfera da inteligência e do gosto.

Esse sentimento *filológico* (geral, humano, crítico, não restrito e nacional) é o que caracteriza, entre todas as nações cultas, o espírito alemão. Na sua imparcial simpatia, tão vasta como a natureza humana, abraça ao mesmo tempo a antiguidade e os tempos modernos, as idades clássicas e os períodos bárbaros, o Oriente e o Ocidente, todas as raças e todas as culturas. Essa simpatia exige uma só condição: a originalidade. Tudo quanto foi realmente vivo, quanto manifestou uma maneira *sui generis* de ser e de sentir, tudo quanto revelou uma face distinta da complexa natureza humana, tem direito à sua atenção. E é por isso que a erudição alemã se distingue por uma feição única: é uma erudição viva. Houve erudição e eruditos: a curiosidade pelas coisas passadas é uma das funções da inteligência. Mas uma erudição que sente ao mesmo tempo que indaga, que critica e juntamente simpatiza, minuciosa e entusiasta, indagadora e poética; uma erudição que revolve montanhas de textos, datas, documentos, para descobrir, não factos secos e mortos, mas a alma e a vida das coisas extintas; uma erudição, se assim se pode dizer, inspirada, tal como nos aparece nesses heróis da filologia, os Boeckh, Welcker, Herman, F. A. Wolf, Winckelmann, Grimm, Niebuhr, Creuzer, Otfried Muller, Ritschl e

tantos outros; uma tal erudição era coisa desusada, e sem precedentes. Ela transformou a compreensão da história, fazendo circular uma vida nova através dessas criptas dos séculos sepultos, onde a candeia fumosa da velha erudição acadêmica apenas espalha uma claridade fantástica, quase tão morta como as cinzas que ali repousam.

E aí está porque vemos uma senhora alemã publicar estudos magistrais sobre o texto de Camões, publicar uma edição crítica das Poesias de Sá de Miranda, preparando-se assim, durante anos, com toda a casta de subsídios linguísticos, históricos e arqueológicos, para nos dar (ou antes, para dar à Alemanha) uma história da literatura portuguesa. Outros lhe darão a história da literatura indiana, ou da chinesa, da grega, da hebraica, da poesia dos Trovadores, das epopeias da Idade Média, que sei eu? pois não há um canto do vasto mundo da história, que escape à curiosidade ardente e penetrante da erudição alemã. A Sra. D. Carolina Michaelis internou-se pelo reino semiclássico do Romanismo e aí conquistou para si uma província, bem mais famosa do que conhecida, ainda dos mesmos nacionais: a língua e literatura portuguesas.

Mas, dirão muitos, que necessidade havia de uma edição crítica de Sá de Miranda? pois não há por aí tantas edições dos poetas Quinhentistas, desses famosos *clássicos*, que pouquíssimos leem, é certo, mas que ninguém que se preze deve deixar de citar com veneração, e até pode romper no excesso de ter na sua biblioteca?

Estes ignoram (nem admira) que esses veneráveis *clássicos* são, até certo ponto, um mito. Exceto o de Ferreira, nada há mais duvidoso do que o texto desses desgraçados poetas. Das suas obras, a maior parte só se imprimiram depois da morte dos autores, nalguns casos vinte, trinta, ou mais anos depois. Imprimiram-se sobre cópias manuscritas e geralmente cópias de cópias, e os editores não se esqueceram de juntar aos erros dos copistas, ou supostos erros, as suas próprias *emendas*. A mesma paternidade das obras é em muitos casos duvidosa. Dos sonetos atribuídos a Camões pelo seu mais recente editor, o Sr. Teófilo Braga, boa terça parte não lhe pertencem

ou são duvidosos. Três églogas de Bernardes são dadas geralmente como de Camões. Há autos de Gil Vicente que pertencem muito provavelmente a outros autores. Poderiam multiplicar-se estes exemplos. Em geral, os poetas de maior nomeada absorveram pouco a pouco as composições dos menos famosos. E ainda se fosse só isso! Mas o próprio texto de cada uma das composições não oferece, em geral, a autenticidade suficiente: a linguagem foi retocada pelos copistas ou editores; muitos versos foram substituídos. Junte-se a isto a variedade de lições, de edição para edição, de manuscrito para manuscrito (dos que ainda existem, e são bastantes) e compreender-se-á o que quis dizer com a palavra *mito*. Quis dizer que quando cuidamos ler Camões, por exemplo, podemos muito bem estar lendo Bernardes, ou Caminha, ou Bernardim Ribeiro, ou *vice versa* podemos também estar lendo alguns daqueles *minores*, que foram absorvidos na aureola dos cinco ou seis astros de primeira grandeza — ou podemos simplesmente estar admirando o parto engenhoso do editor do século XVII.

Os antigos editores portugueses nunca primaram por críticos: se ainda é tão raro encontrar um que o seja! O editor português era, antes de tudo um *devoto*: ele saía à estacada, não para apurar um texto, o texto preciso, com as suas lacunas, defeitos ou erros, se os tinha, mas para levantar o *seu poeta* acima de todos os outros, atribuindo-lhe o maior número possível de composições e com a forma mais perfeita possível. Se encontrava um papel velho, no canto de alguma biblioteca devia ser do *seu poeta*: publicava-o. Se os versos eram maus, é porque a cópia estava errada: emendava-os. E é assim que, de edição para edição, foi crescendo o número de composições duvidosas, crescendo o número de interpretações e emendas, com que o texto cada vez mais se ia depurando.

Dos poetas do século XVI, os dois mais maltratados pela *devoção* impertinente dos editores são sem dúvida Sá de Miranda e Camões. Para este último não sabemos quando chegará o dia da justiça (da justiça filológica, entenda-se) mas deve estar longe, a avaliar pela maneira porque os seus dois mais recentes editores, aliás beneméritos pelo trabalho e grande amor ao poeta, os senhores

Visconde de Juromenha e Teófilo Braga, se houberam nas suas edições, que, em pontos de crítica, correm parêlas com as dos mais *devotos* editores do século XVII. Talvez nunca chegue, a não ser que se meta nisso algum alemão. Sá de Miranda, ao menos, pode ler-se com segurança no texto crítico, admiravelmente discutido e apurado, da edição de Halle.

Sou pouco erudito, nem estou escrevendo um artigo para alguma Revista filológica, mas uma simples notícia para um jornal diário: por estas duas razões, não me posso alargar pela análise do trabalho da Sra. D. Carolina Michaelis, entrando pela parte técnica dele. Quero só observar ainda uma coisa: é que este volume de mais de 1000 páginas, e carregado de notas, é um livro interessantíssimo. Por quê? pelo que acima disse do caráter da filologia alemã. O sentimento histórico anima toda aquela erudição; a compreensão da época dá relevo e interesse às indagações aparentemente áridas de datas, genealogias, etc. A cada passo encontramos uma circunstância, um fato biográfico, pormenores de costumes, que abrem repentinamente uma nesga do horizonte sobre aquela vida extinta e a fazem ressurgir para a nossa imaginação. Quanto saber, mas saber inteligente, saber que diz e ensina, enterrado modestamente naquelas notas, que ocupam as últimas 200 páginas do volume! Essas notas, juntas com a magistral Introdução, constituem uma verdadeira monografia de Sá de Miranda. Com aqueles elementos poderia a autora ter feito propriamente um livro de *literatura*, que se contaria entre os melhores e seria lido, citado e festejado. Preferiu a essas vaidades o cumprimento quase religioso de um encargo, há três séculos por cumprir, fazendo ao velho Poeta o maior serviço que ele imploraria, se pudesse erguer a voz do seu túmulo: a restauração do texto das obras. O *bom Sá* (como lhe chamavam no século XVI e depois) encontrou afinal um nobre espírito, que piedosamente e quase filialmente escutou aquele queixume de uma pobre larva e consagrou dez anos da sua vida para a satisfazer. O *bom Sá* deve agora dormir descansado no seu túmulo.

Bom Sá! Diz o velho biógrafo que, nos seus últimos tempos, "com a magoa do que lhe revelava o espírito dos infortúnios da sua terra se afligia tanto, que muitas vezes se suspendia e derramava lágrimas sem o sentir." Tenho cismado muitas vezes nestas lágrimas do poeta humanista da Renascença. E, não sei como, a minha imaginação aproxima-as logo da trágica melancolia de Miguel Ângelo, da nobre tristeza de Vitoria Colona, da misantropia incurável de Machiavel, da nuvem de desgosto e desalento que envolveu a velhice de quase todos os grandes espíritos da Renascença. Tinha motivo de chorar o nosso Sá de Miranda, como tinham motivo de se entristecerem os seus ilustres congêneres. É que eles pressentiam todos, uma coisa sinistra: o abortamento da Renascença. Àquela imensa aurora sucedia, quase sem transição, o crepúsculo noturno: e eles, os videntes, divisavam naquele crepúsculo inquietador os movimentos de formas estranhas e sombrias, como de monstros desconhecidos, e ouviam passar vozes mais assustadoras ainda, vozes que cresciam formidáveis de todos os pontos do horizonte, sem se ver quem as soltava.

Aí por 1550, o abortamento da Renascença era já visível aos olhos dos que ainda restavam daquelas duas incomparáveis gerações dos promotores dela. O Concilio de Trento entrara já na sua 6ª sessão e era agora irremediável a cisão do mundo latino com a Reforma germânica. Começavam as guerras da religião, que iam durar, numa fúria crescente, perto de cem anos, destruindo nações inteiras. Os Jesuítas abriam os seus Colégios, onde o espírito da Renascença, sofismado, amesquinhado, pervertido, servia de capa à reação. Por toda a Península, fumavam e crepitavam as fogueiras da Inquisição. O Humanismo alado transformava-se em erudição plúmbea, inerte. A Arte caía da criação no amaneiramento. Um furor indescritível, furor de disputas, furor de matanças, apossava-se da Europa e o pensamento livre, os sentimentos largos e humanos, a alta cultura pareciam prestes a desaparecer da face da terra.

Tudo isto viam ou previam aqueles grandes espíritos. Tinham sonhado salvar o mundo pela razão, e a razão parecera impotente, e o mundo desesperado apelava definitivamente para a sem-razão.

Daí aquelas incuráveis melancolias de uns, aquela desdenhosa misantropia de outros; daí as lágrimas do nosso Sá. Este antevia ainda outra coisa: a morte da pátria. Aquele ouro do Oriente parecia-lhe já (como depois se viu bem que era) um cáustico sobre o corpo da nação, que lhe queimava, que lhe roía as carnes, até a deixar seca de todo, um esqueleto. Tinha motivo sobejo de chorar, o pobre poeta!

Sim, lembram-me muitas vezes aquelas lágrimas. Descubro mais de uma analogia entre aquela idade e a nossa. A razão não morreu, afinal. Soterrada, respirando apenas, ressurgiu todavia. Somente mudou de trajo e de nome: já não é Humanismo, como no século XVI: chama-se agora Filosofia, mas é sempre a mesma, é sempre a razão. E nós também, filhos da Filosofia, sonhamos salvar o mundo pela razão, dar-lhe ordem e paz com as leis eternas por ela reveladas. Mas o mundo parece novamente atacado de vertigem, parece apelar mais uma vez para a sem-razão, para os instintos bestiais e para uma superstição mais monstruosa ainda do que as passadas: a superstição da força. A democracia à maneira que triunfa, perverte-se, parecendo preparar-se para marcar um despotismo sem nome, o despotismo anônimo da multidão, o achatamento universal.

Lembram-me as lágrimas de Sá de Miranda. Se teremos também de as chorar na nossa velhice? Esperemos que não, ou digamo-lo, pelo menos, para não desanimar ninguém — para não desanimarmos também nós.

UMA SÁTIRA DE SÁ DE MIRANDA
POR: CAMILO CASTELO BRANCO (1887)

Alguns jornais provincianos, quando o Sr. visconde de Lindoso, há dois meses, foi promovido a conde, disseram que na geração de sua excelência havia dezenove alcaides-mores de Lindoso, a contar desde o reinado de D. Diniz. Se há erro na contagem, não serei eu que o corrija. O leitor não há de, desta vez, exultar com a certeza de que o Sr. conde de Lindoso tem dezenove alcaides na sua árvore genealógica.

O meu propósito é averiguar se algum desses dezenove praticou façanha que o imortalizasse na crônica ou na epopeia.

Efetivamente, deparou-se-me um, cujo nome está identificado a uma poesia de Francisco de Sá de Miranda. Dos outros, por enquanto, apenas sei os nomes e as tradições prováveis dumas existências obscuramente e honradamente pacatas em Guimarães, no transcurso de quatro séculos.

A celebridade que Sá de Miranda, comendador das Duas Igrejas, deu ao alcaide seu contemporâneo e vizinho, não é nada épica.

Chamava-se o alcaide-mor de Lindoso, Cristóvão do Vale, e residia no seu castelo. Sá de Miranda morava na sua casa comendatária da Tapada, não longe de Lindoso. Tinha o poeta um criado galego que o alcaide, espécie de administrador de concelho e comissário de polícia do século XVI, prendeu por motivos insignificantes. Sá de Miranda, escrevendo em *Redondilhas* a seu cunhado Manuel Machado, Senhor de Entre-Homem e Cavado, conta-lhe a prisão do galego, lardeando a notícia de axiomas sentenciosos que muito lhe abonam a antonomásia de Sêneca português. Principia assim:

*Inda que eu ria, e me cale,
Que me eu faça surdo e cego,
Bem vejo eu porque o do Vale
Correu tanto ao meu galego.*

Enquanto o do Vale lhe corre o galego, diz ele que uns

*Ladrões de seiscentas cores
Andam por aqui seguros,
Não lhe saem tais corredores.*

E a causa dessa impunidade é que o alcaide não fazia caso dos malfeitores que lhe ameaçassem o físico:

*Após quem torna a si
E primeiro mata ou morre
Não corre o do Vale assim,
Que após um tolo assim corre.*

E vai nomeando uns patifes que andavam a salvo, um Bastião, um Ribeiro, personagens que se faziam respeitar pela valentia ou pelo dinheiro.

Depois de muitas máximas de sã moral, o poeta volta-se para o governo e exclama:

*Executores da lei,
Havei vergonha algum dia!
Este chama: Aqui dei rei!
Este outro chama a valia.*

Ora o fecho da sátira, que é o mais pungente dela, está deturpado na composição negligente das impressões que conheço, deste feito:

*Outro chama: Portugal!
De varas não há e míngua.
Desata a bolsa, que val.
Traze sempre alada a língua.*

Com esta construção, assim aleijada, a sátira penetrante fica de todo desluzida e estragada. Para que os equívocos flageladores ressaltem do jogo das palavras de acepção dupla, a reconstrução deve ser esta:

*Outro diz: em Portugal
De varas não há aí míngua;*

*Desata a bolsa, que Vale
Traz sempre atada a língua.*

(Neste verso adotei uma variante que se encontra na última edição das poesias de Sá de Miranda).

É claro o intuito mordaz do poeta. Manda *desatar a bolsa*. Procede uns bons cinquenta anos o *Put money in thy purse* de Shakespeare. O poeta inglês, pela boca perversa do *honest Iago*, mandava encher a bolsa; o português manda desatá-la depois de cheia; é a mesma ideia. *Desata a bolsa*, diz ele, porque o Vale, o alcaide de Lindoso, quando o amordaçam com dinheiro,

Traz sempre atada a língua.

O verso é mau; mas Sá de Miranda visava principalmente a fazer boa filosofia, e contentava-se em alinhar versos conceituosos em prosa chã; por isso mofava dele o Camacho, na *Jornada do Parnaso*, taxando-o de

Poeta até o umbigo, e os baixos prosa.

Seja como for, dos dezenove alcaides de Lindoso nenhum outro se gaba de ter o seu nome registado na obra do grande mestre da Renascença lírica da Península.

Não sei se é notório em Portugal e nomeadamente no Chiado e Clérigos que uma senhora, nascida e educada na Alemanha, e residente não há muitos anos no Porto, publicou em 1885 uma edição das *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*, impressa em Halle. É um volume de 1085 página, a saber CXXXVI que compreendem a biografia do poeta, a topografia de Carrazedo de Bouro, da quinta da Tapada, do solar de Crasto, e a notícia particularizada dos códices manuscritos e das edições impressas que a ilustre escritora manuseou. As 946 páginas restantes compreendem as poesias conhecidas e as inéditas colhidas de vários manuscritos, repartidas em quatro secções; e na seção ou *parte 5^a* encontram-se

todos os poemas dedicados a Sá de Miranda. Na margem inferior de cada página inscreve a Sra. D. Carolina Michaelis de Vasconcelos as variantes dos códices conferidos, e nas *Notas*, que começam a página 739, entra sua excelência na parte crítica do seu valioso trabalho, desenvolvendo raros e copiosos conhecimentos da literatura portuguesa dos séculos XV e XVI, e da vida íntima dos seus poetas.

Referindo-se à sátira de Sá de Miranda, cujos fragmentos trasladei, escreve a ilustrada senhora à página 754: *As alusões a um Da Vale... já não podem ser decifradas*. Seria assombroso que sua excelência conseguisse exumar da poeira dos cartapácios genealógicos de Guimarães aquele Cristóvão do Vale, alcaide infesto ao serviçal do poeta. Quantas gerações de leitores da carta do comendador das Duas Igrejas terão passado inconscientes por sobre aquelas alusões!

Nas notas, porém, da Sra. D. Carolina de Vasconcelos há lances de investigação histórica tão penetrantes e intuitivos que dão muito a esperar, se os seus estudos nos baldios ingratos da arqueologia literária não desanimarem arrefecidos pelo desafeto que os portugueses manifestam pelo arcaísmo.

Aqui se me oferece um exemplo de lucida exploração investigadora no livro admirável desta senhora. Na *Carta V* de Sá de Miranda a *Antônio Pereira* (página 237), o poeta, referindo-se ao solar dos Pereiras, escreve:

*Do qual irão há muitos anos
Um que aqui Braga regeu,
Pondo aparte os longos panos,
O passo dos castelhanos
À espada o defendeu.*

Comentando estes versos, explana a Sra. D. Carolina de Vasconcelos: *Julgamos que se trata do avô do grande condestável, isto é, de D. Gonçalo Pereira que regeu Braga como arcebispo no meado do século XIV. Quando o infante D. Pedro invadiu em 1354 as províncias de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes acompanhado de seus cunhados D. Rui de Castro e D. João de Castro foi ao seu encontro o arcebispo de Braga, que*

o havia advertido em tempo dos sinistros projetos de D. Afonso IV. O prelado apresentou-se como medianeiro para acalmar a contenda, e desviou o colérico infante do Porto...

Esta exposição tem equívocos. Sua excelência como logo veremos, corrige alguns enganos com muita boa crítica histórica; outros, porém, que não emenda, pedirei licença para os apontar. O infante D. Pedro não invadiu a província de Entre Douro e Minho em 1354. Inês de Castro foi assassinada em 7 de janeiro de 1355. A rebelião do filho contra o pai começou nesta última data e terminou em 6 de agosto do mesmo ano, pelas pazes feitas em Canavezes. Quanto aos irmãos de Inês: ela não teve algum que se chamasse *João* ou *Rui*. Teve dois: um, seu irmão inteiro, chamou-se D. Álvaro Pires de Castro, que foi conde de Arraiolos e condestável; o outro, seu meio irmão, chamou-se D. Fernando Rodriguis de Castro. Além destes irmãos, teve uma meia irmã, D. Joana de Castro, que, depois de viúva de D. Diogo, senhor de Biscaia, casou com D. Pedro, o *Cruel*, rei de Castela, depois da morte de Maria Padilha.

Quanto ao arcebispo D. Gonçalo Pereira, considerado por todos os escritores nacionais e estrangeiros que há mais de dois séculos tratam a história portuguesa no século XIV, pacificador na guerra civil consecutiva à morte de Inês de Castro, emenda a Sra. D. Carolina de Vasconcelos (página 882): *O arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira, jaz sepultado numa capela anexa à Sé de Braga, onde na inscrição tumular se lê ter ele morrido no ano de 1348. É, pois, impossível que a lenda sobre a sua intervenção nas lutas de D. Pedro, o Justiceiro, e de Afonso IV (1354) seja verídica.*

Conjetura depois a reflexiva escritora se o poeta aludiria à intervenção do arcebispo nas pazes entre o infante D. Afonso IV e seu pai D. Diniz, ou à concórdia que o mesmo prelado restabeleceu entre Afonso XI de Castela e Afonso IV de Portugal.

Estas hipóteses sugeriu-lhas o *Nobiliário do Conde D. Pedro*, editado por Alexandre Herculano. Não pode, todavia, prevalecer alguma dessas conjeturas da excelente comentarista; porquanto Sá de

Miranda, nas suas trovas, não trata de pazes; é de guerra, e à ponta da espada com castelhanos:

*Um que aqui Braga regeu
Pondo aparte os longos panos
O passo dos castelhanos
À espada o defendeu.*

Daqui a pouco, espero conseguir que sua excelência aceite o fato histórico, desembaraçada de hipóteses, como ele se acha escrito nos antigos livros portugueses.

Quanto à morte de D. Gonçalo Pereira emendou sua excelência um descuido repetido por todos os historiadores desde Manuel de Faria e Sousa e D. Rodrigo da Cunha, que também faz D. Gonçalo contemporâneo de D. Pedro I, já reinante.

A data da morte do arcebispo em 1348 não era estranha para mim, quando em 1874 escrevi: "Em 1347 foi D. Gonçalo visitar a província transmontana. Chegando a Vila Flor com grande séquito, travaram-se ali os seus criados com os moradores da terra, e de ambas as partes beligerantes morreram quatro homens e saíram doze malferidos. Tangeram os sinos a rebate. Levantou-se a povoação armada. Cercaram a residência do arcebispo, mataram-lhe seis homens, e matariam o próprio prelado, se não fugisse, pendurando-se de uma corda, que lhe não evitou cair de costas no terreiro e contundir-se gravemente. Não contentes os de Vila Flor com a fuga do seu arcebispo, tomaram-lhe as malas, de envolta com parte dos capelães e seis criados. Protegido por atalhos, o contuso prelado chegou a Carrazeda de Anciães, povoação importante naquele tempo, fortificou-se no castelo, fez lavrar instrumento público, e enviou-o a D. Afonso IV. O rei, poucos dias depois, mandou a Vila Flor uma alçada com dois algozes bem escoltados, e fez enforcar os sacrílegos que pode colher na devassa. Esta vingança nem por isso aliviou os incômodos do arcebispo descadeirado na queda. Transferido a Braga, deitou-se para nunca mais se erguer. Quatro meses depois adormeceu no Senhor" (*Noites de insônia*).

Neste mesmo artigo, comemorando as proezas do avô do condestável D. Nuno Alvares, escrevi: *Fora ele ainda quem acaudilhara a hoste de portugueses, quando uma invasão de espanhóis, em desapoderada fuga, deixou o sangue de trezentas vidas nas lanças dos alabardeiros do arcebispo.*

Aqui tem sua excelência a façanha que o Sá de Miranda celebrou na sua carta a um dos descendentes do prelado guerreiro; e para que a ilustre escritora a conheça de melhor autoridade que a minha, aqui lhe dou o traslado de cronista antigo: "Por estes anos, entraram por ordem de el-rei D. Afonso onzeno de Castela pelo reino de Portugal, com mão armada, D. Fernando Rodrigues de Castro e D. João de Castro seu irmão, capitães do reino de Galiza, roubando, desbaratando quanto achavam, com muita gente de armas, até chegarem à cidade do Porto, e fazendo todo estrago que podiam sem acharem resistência, estando juntos nela o bispo D. Vasco, e D. Gonçalo Pereira, arcebispo de Braga, que antes fora Deão do Porto, e o Mestre de Cristo D. Frei Estevão Gonçalves refizeram 1:400 homens entre infantes e cavalos, com os quais os contrários não quiseram cometer peleja; e voltando as costas se foram recolhendo com a preza que levavam; mas seguindo-lhe os portugueses o alcance lhe fizeram largar tudo, e custar a retirada mais do que cuidavam, até que com morte de D. João de Castro e outros muitos soldados se foram recolhendo a Galiza: foi isto na Era de 1374, ano de Cristo 1336..." (D. RODRIGO DA CUNHA, *Catálogo dos B. do Porto*)

Não nos restam, pois, incertezas quanto ao feito de armas encomiado por Sá de Miranda; e de todo em todo, à vista do ano em que faleceu o arcebispo, irrefutavelmente fixado pela Sra. D. Carolina Michaelis, é excluído aquele prelado da intervenção que os historiadores e até modernos dramaturgos lhe dão nos sucessos posteriores à morte de Inês de Castro.

Mas, donde procede essa confusão dos historiadores? Quem é o sacerdote Pereira que defendeu o Porto da invasão do infante D. Pedro em 1355? Vamos conhecê-lo.

Assim como leu a página 285 do *Nobiliário do Conde D. Pedro*, se a Sra. D. Carolina de Vasconcelos lesse a página 286, achava a decifração do enigma. Aí nos conta o continuador do conde de Barcelos (digo *continuador*, porque D. Pedro falecido em 1354, não podia referir factos ocorridos em 1355) que o defensor da *Vila do Porto*, não fortificada, foi D. Álvaro Gonçalves Pereira, filho do arcebispo D. Gonçalo. Não foi portanto, o pai; foi seu filho, o prior do Crato, pai do condestável D. Nuno. E porque o texto do *Nobiliário* tem uma concisão engraçada e pitoresca não será desagradável ao leitor conhecê-lo. Vai textualmente: *Este Prior D. Álvaro foi o que pôs os pendões por muro, estando na vila do Porto para a guardar por mandado del-rei D. Afonso IV, porque o Infante D. Pedro andava alçado dele, queimando e destruindo muitos lugares do Reino, fazendo mal e danando a Diogo Lopes Pacheco, a D. Gil Vasques de Rezende e a Pero Coelho e a todos os que ele culpava que foram conselheiros na morte da infanta D. Inês de Castro, que citei seu padre matou, e a vila do Porto não era murada em aquele tempo, senão em poucos lugares de mau muro, e o Prior D. Álvaro fez muros de pendões das naus que aí estavam, chantando as hastes deles pelo campo a redor da vila, e percebendo (industriando) suas gentes como defendessem os pendões. O Infante D. Pedro esteve aí em cerca da vila 16 dias com grande poder de fidalgos portugueses e de Galiza. Estes fidalgos desejavam muito cobrar a vila por a riqueza dela. Isto durou até que chegou El-Rei D. Afonso IV, e o Prior D. Álvaro entregou-lhe sua vila, e alguns disseram que o Infante se sofreu de combater a vila por honra do Prior D. Álvaro. A verdade assim pareceu, que o Prior D. Álvaro, como entregou a vila a seu senhor El-Rei começou de andar em preitezias (negociações) entre El-Rei seu padre e aveu-os (avançou-os) e fez-lhe dar a sua quantia de maravedis que seu padre lhe tinha alçada (suspensa) e fez-lhe dar o condado ao Infante D. João seu filho, e outras muitas mercês... etc.*

Aí está o fato histórico. A correção reconstituente da Sra. D. Carolina de Vasconcelos e os esclarecimentos que ousou oferecer-lhe serão bastantes para expungir das histórias pátrias que por aí correm a intervenção lendária do arcebispo de Braga na guerra civil de 1355? Talvez não. Há erros enquistados que nenhum bisturi de crítica desarreiga.

Recopilando as impressões que recebi do livro da ilustrada alemã: a biografia de Sá de Miranda, expurgada de inveterados erros, está primorosamente redigida. A minudenciosa visita de sua excelência ao Castro e à quinta da Tapada revelam o amor com que a autora estava possuída do seu assunto. As reflexões filológicas rescendem um sabor germânico de que em Portugal decerto não achou exemplos. A linguagem, a despeito de quase imperceptíveis incorreções, parece ter sido estudada nos melhores mestres desde os primeiros alvares da sua educação literária. Desata problemas envencilhados de genealogias; restitui a uns poetas obras atribuídas a outros; gradua o quilate dos diamantes que lapida sob o esmeril da crítica mais esclarecida. Coteja factos contemporâneos dos poemas, para lhes averiguar a ideia ou a alegoria. Prodigiosa paciência e rara vocação por tanta maneira divergente da nossa índole superficial em averiguações desta natureza!

Devemos, portanto, à insigne escritora a primeira edição digna do grande e quase olvidado poeta. Devemos-lhe além disso ter feito mais conhecido e apreciado do que era em Alemanha o grande luminar donde promanaram discípulos como Antônio Ferreira, Diogo Bernardes, Andrade Caminha, e a plêiade de seiscentistas que formam com Luís de Camões a idade áurea da literatura portuguesa.

Com o livro estimável da ilustrada escritora será mais lido em Portugal Sá de Miranda? Envergonho-me de confessar que não. Sua excelência achou-me exagerado quando eu disse, que na minha terra se conhecia o poeta *Sá* pelas charadas. "Sou poeta português-I. Poeta português com uma sílaba? É por força Sá."

Insisto em teimar, minha senhora, que, quando a transcendente idiotia das charadas cair no abismo do ridículo, apagar-se-á de todo o nome do poeta. E, quando isso suceder, folgará grandemente a alma rancorosa de Cristóvão do Vale, ex-alcaide de Lindoso, que está, pelo menos, no purgatório expiando a perseguição que fez ao

inocente galego, vingado pela sátira do seu imortal patrão
usurariamente.

BIBLIOGRAFIA CAMILIANA
CARTA AO AUTOR
POR: JOAQUIM ARAÚJO (1894)

Meu prezado Henrique Marques:

Revia eu as últimas provas de um modesto livrinho de homenagem, por mim oferecido à insigne escritora e minha excelente amiga D. Carolina Michaelis de Vasconcelos, quando me chegou às mãos o precioso exemplar do monumento, que a perseverança de você soube alevantar à memória de Camilo. Compunha-se o meu preito, à alta inteligência e ao nobre caráter da senhora D. Carolina Michaelis, da reunião dos artigos, que em Portugal saudaram a portentosa edição das *Obras de Sá de Miranda*, na ordem cronológica do seu aparecimento: são dois apenas, que mais não conheço, mas com serem dois, têm a impô-los respectivamente a autoridade de Antero de Quental e do Visconde de Correia Botelho, no único lugar em que Camilo rubricou, com o seu nome transformado, um escrito literário. É ver o folhetim do nº 91 do *Comércio do Porto* de 13 de abril de 1887. Ali, Camilo presta voto de homenagem ao saber e à honestidade, com que Sá de Miranda foi evocado, em um espírito crítico a que andávamos desabitutados, e a que por igual fizeram justiça, nas citações dos seus livros, Teófilo Braga, Adolfo Coelho, Oliveira Martins, etc.

Neste lanço, e uma vez em meu poder a *Bibliografia Camiliana*, rebusquei a individuação do estudo de Camilo, que bem interessante é, por sinal. O nº 573 do seu livro não o menciona, nem indica, donde me pareceu que lhe é desconhecido na forma primeira de folhetim; que, de resto, você lá o aponta ao memorar dos trechos componentes do *Óbolo às crianças*. Junte-o, pois, agora, em forma autônoma, à sua esplêndida Camiliana — por certo a mais notável que ainda se reuniu em Portugal e no Brasil — e consinta que neste lugar, que já agora tenho pelo mais oportuno, e numa cavaqueira amiga, o mais obscuro admirador da sua monografia, carreie duas ou três anotações, que sirvam de aperfeiçoamento à traça de um edifício, nobremente cimentado por trabalho improbo, como é o seu.

Acaso vale a pena de consigná-las neste opúsculo, à sombra do nome ilustre da doutíssima escritora alemã, que tirou carta de naturalização entre os mais consideráveis publicistas do nosso país, e sob a égide dos dois grandes homens que firmam as páginas, precedentes a estas linhas corridas, de palestra amiga.

É de mais rápida monção ir inscrevendo as notas em relação a números, e na ordem de secções. Para aqui as traslado, pois, redigindo os hieroglíficos, com que marginei o seu presente de nababo, numas horas rápidas de exame:

Nº 10 — *O Clero e o Sr. Alexandre Herculano*. Deste curioso folheto extraíram-se exemplares em papel azul, meio cartão. Vi há anos um, na loja do Sr. João V. da Silva Coelho, à rua Augusta. Vem a pelo referir que Latino Coelho inseriu anonimamente, num dos primeiros volumes da Revista Popular, uns valiosos traços de apreciação deste opúsculo.

Nº 95 — *Divindade de Jesus*. Este livro reúne artigos publicados muitos anos antes, e teve como fim imediato facilitar ao autor a aquisição de um exemplar raríssimo dos *Amusements périodiquis* do Cavaleiro de Oliveira, que José Gomes Monteiro possuía e que Camilo namorava desde muito. Esse exemplar ajudou à elaboração do *Judeu*, da *Caveira da Mártir*, das *Noites de Insônia*, e, mais tarde, de algumas secções da *História de Portugal* de Oliveira Martins. Possuo-o eu atualmente, tendo sucessivamente pertencido a Augusto Soromenho, José Gomes, Camilo e Aníbal Fernandes Tomás. Numa das guardas do 1º volume, lançou Camilo a seguinte cota: "Dei por este livro o manuscrito da *Divindade de Jesus*, reputado em 14 libras, a José Gomes Monteiro".

Nº 146 — *O Condenado*. É, efetivamente, uma contrafação. Basta que o meu presado Henrique Marques se dê ao incomodo de refletir que em 1871 a casa Moré se achava ainda num período de relativa atividade e que nada tinha que ver com a loja de João Coutinho. Pelo mesmo motivo, aplico esta observação ao número imediato.

Nº 174 — *A Caveira da Mártir*. Da queima do 1º volume — feita por motivos de consciência,— salvaram-se uns quarenta exemplares, por se acharem deslocados nos depósitos do editor. São esses os que têm sido vendidos. Não há, nem houve reimpressão daquele tomo. O editor recusou mesmo vender a propriedade da obra, quando traspassou a Pedro Correia a de todos os demais livros de Camilo, que havia adquirido. A nota de Henrique Marques é absolutamente injusta. Conheço o Sr. Tavares Cardoso, o bastante para tomar a responsabilidade desta afirmativa, que o seu caráter me garante e abona.

Nº 176 — *Curso de literatura*. Numa das cartas publicadas no opúsculo adiante descrito, sob nº 289, acha-se, a breve trecho, uma curiosa e incisiva apreciação da parte deste trabalho, redigida por Andrade Ferreira.

Nº 221 — *Boemia do Espírito*. O estudo sobre Luís de Camões tem, pelo menos, uma passagem, que se não lê nas impressões anteriores, e que se refere ao Sá de Miranda da Sra. D. Carolina Michaelis.

Nº 237 — *Delitos da mocidade*. Além da edição especial que ficou apontada, há uma outra, em papel Japão também, mas sem as letras capitais a cores. Possui um exemplar o meu amigo Dr. A. A. de Carvalho Monteiro.

Nº 263 — *Amor de perdição*. Fui eu quem traçou o plano da edição. Pertence-me a redação do prospecto e a escolha dos indivíduos que tiveram de escrever a parte crítica. Camilo tinha em grande atenção o meu entusiasmo por este admirável livro, a que todavia antepunha o *Romance de um homem rico* e o *Retrato de Ricardina*. Dois ou três dias depois de uma das muitas conversas que tivemos, sobre o tema do *Amor de Perdição*, vinha-me da residência amiga de São Miguel de Seide um exemplar da extraordinária novela, com o seguinte *envoi* do notável romancista: — "*Para fazer chorar de novo Joaquim de Araújo — essa suprema expressão das almas boas, chorar. C. C. Branco*". Henrique Marques cita um exemplar especial da 1ª edição. Pode adicionar-lhe o que deve existir na Biblioteca particular de El-rei, o que foi presenteado a Fontes e o que recentemente adquiriu o

meu amigo Joaquim Gomes de Macedo. Esta tiragem especial foi de 12 exemplares, com destino a brindes, que por então se efetuaram a indivíduos e sociedades de Portugal e do Brasil, sob indicativa de Camilo e de José Gomes Monteiro.

Nº 289 — *Cartas de Camilo Castelo Branco a Joaquim de Araújo*. Entre os meus papéis, encontro mais a seguinte missiva de Camilo, bastante curiosa para a história do nº 189:

Meu amigo:

A tarefa de escrever o *Perfil do Marquês de P.* em 20 dias deixou-me o cérebro em lama. Vou ver se os ares de Braga e a ausência de livros me restauram.

Ana Plácido vai ler os seus versos. Conhece os que apareceram dispersos nas folhas. Diz ela que a linguagem dos poetas lhe está sendo hoje um dialeto oriental. Acrescenta que está muito velha, muito materializada pela vida rural e pelas enormes tristezas da sua vida. Entretanto, as suas poesias alumiam escuridões.

Logo que volte de Braga participo-lho.

De vossa excelência
Admirador e amigo
CAMILO CASTELO BRANCO.
2 de junho de 1882.

Nunca vi exemplares em *grand papier* do *Perfil do Marquês de Pombal*, mas o editor Manuel Malheiro asseverou-me que fizera imprimir uns três ou quatro. Só a Sra. viscondessa de Correia Botelho, minha muito estimada e querida amiga, poderá desvincilhar hoje este pequeno problema bibliográfico.

Nº 291 — *Gênio do Cristianismo*. Embora o frontispício das quatro edições publicadas atribua esta versão a Camilo Castelo Branco, o fato é que a interferência do grande escritor só tem relação com os primeiros capítulos; os demais foram vertidos por Augusto Soromenho. Para compensar o editor Coutinho, Camilo derivou o

cumprimento do seu contrato para um romance original — *Como Deus castiga!* cuja ação se desenrolava pelos tumultos, a que no Porto deu origem a criação da Companhia das Vinhas do Alto Douro. Existem escritos cinco capítulos, um dos quais se acha menos corretamente mencionado, sob nº 607 da *Bibliografia*. A elaboração deste romance data de 1861; abandonando o assunto, Camilo saldou noutro volume as suas contas com o editor. *Como Deus castiga!* deve ser citado entre os números 49 e 55, no grupo de obras originais.

Nº 300 — *A Freira no subterrâneo*. Nenhuma das edições traz nome de autor; ouvi que Camilo redigira ele próprio o romance, aproveitando alguns dados de pormenorizadas notícias, aludentes ao sequestro de uma emparedada em um convento russo.

Números 333 e 373 — *Catálogos etc.* A serem verdadeiras, como são, para mim, as indicações de Henrique Marques, o lugar destes números deve marcar-se entre a série das obras originais do autor.

Nº 470 — *Óbolo às crianças*. As duas procissões, dos *Mortos e dos moribundos*, correram mundo em jornais diversos, que não vejo designados no 5º grupo da *Bibliografia*. A propósito, escreveu Camilo a Bulhão Pato uma eloquente carta, que este distintíssimo poeta engastou num comovido folhetim do *Diário Popular*, referente à loucura de Freitas e Oliveira. Camilo convidava Bulhão Pato a enfileirar também processionalmente os seus mortos queridos. Com um talento extraordinário de visão das idades transcorridas, com o inestimável estilo que Oliveira Martins considerava impressionavelmente consolador e único, nessas evocações, já, antes do convite de Camilo, Bulhão Pato fundira o inimitável tomo *Sob os Ciprestes*. Pelo corrente deste livro, as suas recentes Memórias pertencem à categoria dos trabalhos de primeira ordem, que, entre nós, se têm produzido, na segunda metade deste século. Admiro sem restrições o autor de tão altos primores, como os que se revelam nas nobres páginas consagradas a Antero de Quental.

Entre os livros que contêm escritos de Camilo, por certo que ainda falta — e até quando? — acentuar bastantes, embora você apresente

uma soberba lista; lembra-me indicar-lhe a *A Propriedade intelectual* do meu querido amigo e eminente publicista Visconde de Faria Maia, impresso num limitadíssimo número de exemplares, em Ponta Delgada; os *Homens e letras* de Cândido de Figueiredo; *A Ciência e probidade* de Francisco Adolfo Coelho; o *Fausto de Castilho julgado pelo elogio mutuo* de Joaquim de Vasconcelos; e um dos *Catálogos* do Sr. Lima Calheiros: sendo possível que neste capítulo se possam inscrever os trabalhos filológicos de Manuel de Melo e os opúsculos faustianos de Graça Barreto. Escrevendo estas linhas longe dos meus livros, não posso jurar nas últimas indicações, que registro, apenas, a benefício de inventario.

Quanto à seção de jornais e revistas, há que ter em conta os números do *Primeiro de Janeiro*, em que Camilo publicou a *Necrologia do comendador Vieira de Castro*, as cartas a Germano de Meireles por motivo do processo do grande tribuno deste nome, e a João de Oliveira Ramos, em ocasiões várias; o *Círculo Camoniano*; o *Diário da Tarde*, onde a colaboração de Camilo foi extensa, e onde se acha reproduzida a matéria do *Bico de gás* (nº 504), sem a menor obediência às sete chaves com que, anos depois (!), na Biblioteca Municipal do Porto inteligentemente lhe vedaram, a você, o direito de copiar o exemplar, que lá se guarda; o *Diário Nacional* que revelou em primeira mão alguns dos pormenores históricos de *D. Luís de Portugal*. Muitos outros haverá decerto. E por se falar em jornais, lembro-lhe a utilidade de nos índices finais do seu trabalho, mencionar à parte os periódicos, de qualquer índole, que tiveram Camilo como redator ou editor exclusivo, e bem assim os volumes que devem a sua impressão ou reedição ao grande escritor, embora com o concurso de livreiros. Dada a lucidíssima organização dos seus números de recorrência, é fácil esmiuçar toda a casta de índices. Um dos mais curiosos seria o de todas as pessoas citadas na *Bibliografia Camiliana*.

Uma observação ainda: diz respeito a tiragens especiais. Ha, que eu saiba, dos seguintes números: 368 (poucos exemplares em papel Whatman); 401 (oitenta a cem exemplares em velino e linho nacional); 409 (1 exemplar em China, 2 em velino, e 38 em linho) 458

(6 exemplares em Whatman); 462 (diversos exemplares em linho); 488 (8 exemplares em China); 494 (6 exemplares em papel cartão amarelo.) Das *Poesias e prosas de Soropita* fez-se também uma impressão à parte, de pouquíssimos exemplares, menos talvez ainda do que os que o editor Chardron mandou tirar das *Escavações bibliográficas*, folhetim do *Diário Mercantil*, em que Teófilo Braga analisou severamente o aparecimento daquele volume.

Clareia a manhã, e tempo é de ensaiar um termo a esta carta, do tamanho clássico das léguas da Povoá. Infelizmente, não lhe posso dar mais alta prova da minha consideração pelo seu livro, digno, em tudo, do grande escritor a quem é consagrado, e quase pagamento de uma dívida nacional. Por mim, registro-o como um dos mais valiosos subsídios para a nossa moderna história literária, e as pequenas minúcias que lhe adito testemunham exuberantemente ao meu amigo o aplauso mais sincero e o parabém mais entusiástico. Do seu editor, e meu excelente amigo A. M. Pereira, tão somente lhe digo que, na publicação da *Bibliografia Camiliana*, praticou uma das mais belas ações da sua brilhantíssima carreira.



Iba Mendes Editor Digital
www.poeteiro.com